

Política de Sanções

1. Definição

As sanções¹ financeiras são medidas restritivas de natureza financeira implementadas por organizações internacionais ou por países (a título individual) aplicáveis a jurisdições, pessoas ou entidades com o propósito de combater o terrorismo e manter ou restaurar a paz e a segurança internacional.

De entre os países ou organizações internacionais que mantêm listas de pessoas, grupos ou entidades designadas destacam-se, entre outros, a União Europeia, no quadro da *European Union's Common Foreign and Security Policy* (CFSP), o Comité de Sanções de acordo com as diferentes Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), *Commission de Surveillance du Secteur Financier* (CSSF) e o *Office of Foreign Assets Control* (OFAC).

2. Aplicabilidade

A aplicação das sanções decretadas constitui uma obrigação, quer para o sector público, quer para o sector privado, condicionando o exercício da actividade das instituições de crédito como a Sucursal da Caixa Geral de Depósitos no Luxemburgo (Sucursal).

No Luxemburgo tais medidas são introduzidas, através de regulamentos da UE que são directamente aplicáveis na legislação nacional através da adopção do Regulamento geral de 29 de Outubro de 2010 que aplica a lei de 27 de Outubro de 2010, sobre a implementação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dos actos adoptados pela União Europeia, que determinem restrições ao estabelecimento ou à manutenção de relações financeiras ou comerciais com os Estados, outras entidades ou indivíduos expressamente identificados no respectivo âmbito subjectivo de incidência.

No âmbito da sua actividade, a Sucursal encontra-se vinculada ao cumprimento das sanções decretadas pela UE e pelo CSNU, assegurando, ainda, o cumprimento dos regimes sancionatórios em vigor, designadamente os que são aplicados pelo *OFAC* e *CSSF*.

¹ As sanções são instrumentos de natureza diplomática ou económica com a intenção de alterar ações ou políticas, tais como violações do direito internacional ou dos direitos humanos, ou as políticas que não respeitam o estado de Direito ou os princípios democráticos.

3. Princípios Gerais de Actuação

A Sucursal tem implementado um programa de *compliance*, que inclui a política de sanções internacionais, cuja gestão compete ao Núcleo de *Compliance* da Sucursal.

O Núcleo de *Compliance* tem a responsabilidade de avaliar se a política de sanções está em conformidade com as leis e sanções aplicáveis, monitoriza de forma regular a sua eficácia e promove as alterações necessárias no sentido de ser melhorada.

O Núcleo de *Compliance* implementou um conjunto de políticas e procedimentos tendo em vista assegurar que a Sucursal não estabelece ou mantém relações de negócio, nem processa operações para/em benefício de pessoas, entidades ou países sancionados.

Neste sentido efectua a filtragem de clientes e dos intervenientes em operações por confronto com as listas de pessoas e entidades sancionadas, emitidas pelo CFSP, CSNU, OFAC e CSSF, entre outras.

O Núcleo de *Compliance* tem uma política de aceitação de clientes assente numa abordagem baseada no risco, tendo implementado um sistema de filtragem de pessoas e entidades no momento do estabelecimento da relação de negócio.

Efectua, igualmente, a filtragem regular da sua base de dados de clientes e a filtragem das transferências recebidas e enviadas.

No âmbito do sistema de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, e de forma integrada, encontram-se implementados sistemas de monitorização de clientes e transacções, cujos alertas são analisados pelo Núcleo de *Compliance* da Sucursal.

O Núcleo de *Compliance* recebe formação regular adequada, tendo em vista a compreensão e aplicação da política de sanções.

O Núcleo de *Compliance* da Sucursal mantém uma colaboração activa com as autoridades de supervisão e as autoridades judiciais no âmbito da aplicação dos regimes sancionatórios.

Caixa Geral de Depósitos, Sucursal do Luxemburgo,

Maior de 2016

O Compliance Officer

Joaquim Ferreira da Costa